



União Europeia: desafios de uma comunidade internacional

Péricles Pedrosa Lima¹ • Maio de 2014

Resumo:

Este artigo busca fazer uma breve revisão do processo de construção da União Europeia e desenvolve uma análise da crise atual enfrentada pelos países que fazem parte desta experiência de integração. Busca-se apresentar os desafios enfrentados pela União frente ao momento de crise econômica e social que afeta o continente europeu.

Palavras-chave: União Europeia, Crise, Comunidade Internacional

Abstract:

This article attempts to briefly review the process of building the European Union and provides an analysis of the current crisis faced by countries that are part of this integration experience. We seek to present the challenges faced by the Union against the time of economic and social crisis affecting the European continent.

Key words: European Union, Crisis, International Community

¹ Professor de História do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Uni-BH. E-mail: periclespedrosa@hotmail.com

Europa para alguns estudiosos é um nome grego, para outros é um nome fenício. Para o filósofo, escritor e poeta francês Paul Valéry (1871 – 1945), a Europa é uma península da Ásia e recebeu este nome dos geógrafos e historiadores da Grécia Antiga, sendo Hecato de Mileto (550 – 475 a. C.) “o primeiro a associar o nome mitológico ao espaço geográfico que conhecemos hoje como continente europeu”. (TREIN, 2007, p. 136). Para este mesmo autor, desde os séculos XIII, XIV e XV, e não somente nos séculos XVIII e XIX como supõem vários estudiosos, houve poetas, políticos e filósofos que construíram argumentos em favor de uma Europa unida, na tentativa de se recuperar uma herança histórica do Império Romano. (TREIN, 2007).

A ideia de um continente unificado teve suas raízes na década de 20 do século passado após a grande guerra, onde a noção de unidade europeia já era ventilada com o lançamento de um Manifesto a favor da construção de uma união em busca do pacifismo. De acordo com Judt (2012, p.20), “os autores de um Manifesto de 1922 a favor de uma Europa unida afirmavam que numa Europa unificada não teriam cabimento mais guerras”. Mais tarde, no cenário de destruição e catástrofe que novamente a guerra trazia ao continente, a ideia de unidade reaparece a partir de 1942 nos discursos do primeiro-ministro britânico Winston Churchill. Para o político britânico seria um desastre se o bol-

chevismo russo se sobrepusesse à cultura e à independência dos velhos Estados da Europa. Churchill previa um avanço do Império Soviético sobre a Europa do leste com o fim do conflito. Conforme Trein (2008, p.138), Churchill proferiu discurso em 19 de setembro de 1946 na Universidade de Zurich onde apresentou “uma proposta aos países europeus ocidentais de criação dos ‘Estados Unidos da Europa’, porém sem a participação do Reino Unido”. Mais tarde, também no imediato pós-guerra, surgem organizações como o Movimento da Unidade Europeia de 1947, mas que pouco impacto trouxe ao mundo real (JUDT, 2012). Tornava-se evidente para a maioria dos dirigentes europeus que a União Soviética passava a representar neste pós-guerra uma ameaça para a Europa do leste e que, para sua própria proteção, os Estados da Europa Ocidental deveriam se unir. A relação entre os aliados ocidentais e a União Soviética se tornava extremamente tensa, e em 1948 surge o Pacto de Bruxelas entre a França, Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) e a Grã-Bretanha, uma tentativa de reforço de suas fronteiras. Os Estados Unidos também prontamente reagiram diante deste cenário europeu do pós-guerra com o Plano de Recuperação Europeia (Plano Marshall), que se caracterizou como uma ação econômica financiada para a recuperação dos países aliados da Europa Ocidental. O Plano era “da ordem de U\$ 13 bilhões, em valor corrente, algo em torno de U\$ 130 bilhões em valores de

2006". (TREIN, 2007, p.138). O empenho dos Estados Unidos, tanto militar quanto econômico, ajudou os europeus ocidentais a projetarem um futuro e a se preparem para o cenário internacional do pós-guerra. Pode-se também afirmar que a dissolução da aliança constituída em tempos de guerra entre os Estados Unidos, Grã-Bretanha e a União Soviética culminou na criação na Europa de dois blocos hostis, ocidental e oriental, fato que também impulsionou a ideia de uma união dos aliados ocidentais.

Na sequência dos acontecimentos, os anos seguintes foram de evolução do projeto de integração e da conscientização da necessidade de uma união entre os países. Sendo assim, em maio de 1948, surge em Haia o Congresso da Europa, com a criação de uma assembleia de representantes dos governos nacionais; em 1949, em Estrasburgo cria-se o Conselho da Europa com o objetivo de "promoção e defesa dos direitos humanos, democracia e a identidade cultural e política dos europeus" (TREIN, 2007, p.139). Os Estados Unidos se faziam presentes não somente na ajuda econômica, mas também na própria defesa militar do continente fragilizado pela guerra, incapaz de se organizar militarmente. Surge, portanto, em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN – sob a hegemonia norte-americana. A Europa no fim da década de 40 do século passado consolida sua divisão em dois blocos e na década seguinte, em

1955, vê surgir o Pacto de Varsóvia com a participação dos países do leste mais a Alemanha Oriental, culminando assim, em uma possível situação beligerante que se prolongaria durante os próximos anos; contexto conhecido como Guerra Fria. A integração europeia era mais do que nunca necessária frente a todos esses acontecimentos que rapidamente evoluíam no continente.

Os planos de integração começaram a solidificar entre políticos, empresários e intelectuais, homens idealistas que buscavam caminhos para a cooperação e integração pela via econômica, e que pudessem afastar do continente novos movimentos bélicos. Não há dúvida que desde 1945 havia em todos os territórios libertados da Europa uma disposição idealista, de construção da unidade europeia, mas o projeto começa a se tornar concreto nas mãos de homens como Robert Schumann (1880 – 1963), ministro francês dos negócios estrangeiros; Jean Monet (1888 - 1979), consultor econômico e político francês; Konrad Adenauer (1876 – 1967), chanceler democrata-cristão da República Federal da Alemanha; Paul Henri Spaak (1899 – 1982), primeiro-ministro da Bélgica; Altiero Spinelli (1907- 1986), político italiano e Jacques Delors (1925) político socialista francês, para citar alguns dos principais idealizadores dessa construção. Delors é considerado o grande articulador do projeto nos anos 80 e 90 do século XX,

exercendo a presidência da Comissão Europeia entre 1985 e 1995.

A integração europeia pode ser entendida como a formação de um grande mercado que buscará atender não só ao mercado interno como ao interesse norte-americano, potência econômica que surgira na segunda metade da década de 40 do século passado e que apoiara e financiara a reconstrução de uma Europa devastada, como dito anteriormente. Destacam-se dentro deste processo a Alemanha e a França, países consideravelmente envolvidos em guerras com enormes custos econômicos, humanos e com comprometimentos das estruturas sociais e psicológicas de seus habitantes. Este primeiro momento de integração econômica pode ter diferentes interpretações como nos explica o historiador Tony Judt. Para este autor a estratégia francesa no pós-guerra era a exploração urgente dos recursos alemães, e o plano consistia simplesmente em reduzir os meios políticos e militares da Alemanha ao mínimo para explorar ao máximo as suas matérias-primas. Este desejo, que reproduziria políticas desastrosas de anos anteriores, conduziu os países a uma “comunidade de seis nações que partilhariam e regulariam a produção e o consumo de carvão e aço, ao abrigo de uma autoridade internacional autônoma” (JUDT, 2012, pp.22-24). É importante ressaltar que a Grã-Bretanha, país fortemente envolvido nas questões europeias, via a organização da Europa do pós-guerra a certa distância, “a uma luz muito

diferente, pois não compartilhava da necessidade da França de matérias-primas alemãs, nem do desejo holandês pelos mercados alemães”. (JUDT, 2012, p.27).

A construção de um espaço coletivo, aspecto simbólico e agregador, tornava-se necessário; um espaço público, regional, onde as identidades passavam a ser respeitadas, estruturadas e compartilhadas. Associados ao espaço coletivo, o crescimento e o desenvolvimento econômico eram etapas a serem alcançadas. Por meio de um passado histórico comum e de uma cultura europeia ocidental compartilhada, buscou-se esquecer dos traumas de guerra e a via econômica foi o forte elemento agregador.

A União Europeia é, portanto, caracterizada por vencimentos de etapas progressivas firmadas por meio de tratados que foram ao mesmo tempo trazendo um processo de alargamento e aprofundamento. Marcadas por difíceis negociações, divergências e um projeto de constituição, as etapas foram sendo concluídas nas últimas décadas trazendo euforias e decepções. Nesse sentido, a cooperação iniciou-se em 1950 com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), composta pela Alemanha, França, Bélgica, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Antes da guerra o carvão era responsável por 90% de todo o consumo de energia na França, Alemanha, Reino Unido e nos países do Benelux; cinco anos depois do fim da guerra satisfazia 82% do consumo de energia dos seis países da

CECA (JUDT, 2012). Como nos informa o autor, o acordo quanto à produção e distribuição desse bem estava no centro de qualquer recuperação das capacidades produtivas do continente. Concluímos, portanto, que essa primeira comunidade econômica internacional estava fortemente ancorada no compartilhamento de um recurso essencial para a sobrevivência, visto que os cinco países mais ricos da Europa estavam entre os seis membros fundadores. Por outro lado, nessa primeira etapa, o cenário internacional era dominado pela Guerra Fria, conflito que marcou de forma considerável várias gerações e conduziu a uma distância econômica e social entre os dois blocos da Europa dividida. Nesse sentido, deve-se ressaltar que nas décadas do pós-guerra, a Europa Ocidental, mediante a ajuda recebida, econômica e militar, pôde se entregar ao projeto de reconstrução e de cooperação econômica, com a segurança de saber que o orçamento de defesa dos Estados Unidos a protegeria contra quaisquer ameaças externas por meio do Tratado do Atlântico Norte, o sistema de defesa coletivo assinado em 1949.

Em 1957, ainda dentro desse cenário, surge o mercado comum, Comunidade Econômica Europeia, instituído pelo Tratado de Roma. No início da década de 60 o surgimento da política agrícola comum (PAC) busca uniformizar os preços agrícolas na Comunidade, tornando-a autossuficiente em termos alimentares. Na década de 70 a expansão/alargamento inicia-se

com a adesão da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido em janeiro de 1973. A queda da Ditadura Salazar em Portugal (1974) e a de Franco na Espanha (1975) marcou o período com o fim das ditaduras de direita no continente e ainda, por consideráveis políticas regionais onde elevadas verbas foram designadas procurando fomentar empregos e melhorias na infraestrutura dos países mais pobres. A década de 80 inicia-se com a adesão da Grécia (1981), décimo país a aderir, e cinco mais tarde (1986), após metas socioeconômicas alcançadas, Espanha e Portugal. O período fica também marcado pela criação do Mercado Único, possibilitando o livre fluxo de comércio entre os membros, aprofundando a cooperação. A Comunidade Europeia das décadas de 70 e 80 dependia, em certa medida, da divisão da Europa surgida no pós-guerra. Segundo Judt, “quanto mais firme essa divisão, mais fácil seria imaginar uma união de nações mais estreita e próspera do lado ocidental” (JUDT, 2012, p.51). A possibilidade de uma expansão para leste poderia significar naquela altura, segundo a opinião do autor, uma variável que dificultaria o processo de integração; a ideia da Europa unida poderia não sobreviver em nível continental.

Nos anos 90 assiste-se a derrocada do comunismo na Europa central e do leste e o continente é invadido por uma nova onda de integração, iniciada pela reunificação da Alemanha (Ocidental e Oriental), assim como a livre

circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais. A expansão para leste não parecia mais tão distante e impossível. Nesta altura a integração já não parece ter volta e o continente passa a ser um espaço coletivo unido pela sua história e por uma possível “nacionalidade” europeia. O Tratado da União Europeia assinado em 1992 em Maastricht vem selar a integração ao estabelecer regras para uma futura moeda única, uma política externa comum, assim como cooperação em matéria de Justiça, segurança e assuntos internos. Nesse ano a Comunidade Econômica Europeia (CEE) ultrapassa uma importante etapa de sua construção tornando-se uma União Europeia (UE). A adesão da Áustria, Finlândia e Suécia ocorre em 1995, assim como a criação do “espaço Schengen” que prevê a livre circulação dos europeus sem que seus passaportes sejam controlados nas fronteiras da União. A moeda única surge em 1999 consolidando a união econômica e monetária entre os membros que aderiram, e a Zona Euro passa a ser caracterizada como um espaço econômico onde os países que adotaram a moeda única abdicam de sua soberania monetária em favor de uma única moeda. O século XXI inicia-se com a adesão de dez países do leste e as fronteiras ideológicas e políticas, resquícios da Guerra Fria, são ultrapassadas caracterizando o alargamento a Leste do projeto de integração.

Na atualidade a construção da União Europeia é um processo dinâmico de integração

entre os diversos países do continente e pode ser entendido como um esforço de reconstrução de uma região destruída pela guerra. O momento atual de crise, que fortemente atinge a Europa e particularmente a UE, é propício a algumas reflexões sobre os possíveis desdobramentos desse processo.

A crise econômica mundial iniciada em 2008 não afastou os países membros de um novo tratado. O Tratado de Lisboa se caracteriza pela “refundação da União Europeia” e em vigor a partir de primeiro de dezembro de 2009 busca integrar o cidadão europeu ao espaço coletivo por meio da “iniciativa de cidadania”, onde o cidadão passará a ter participação direta na definição de políticas da União Europeia.

Ao analisarmos as diferentes etapas vencidas pelos Estados-Membros que compõem a UE verificamos uma considerável dose de sucesso na cooperação e na integração regional desses países. O sucesso alcançado por eles fez com que tomassem decisões conjuntas relativas a variadas questões, debatendo agendas que vão desde a agricultura à cultura, energia, comércio, transportes, entre outras. O sucesso europeu, solidariedade ancorada em políticas regionais, em supranacionalidade e integração econômica, traz a sensação de espaço único coletivo progressivamente em formação, ou pelo menos a sensação de uma cidadania europeia. A busca por esse novo cidadão europeu com uma visão moderna

de espaço único, em construção, foi e continua sendo um dos objetivos da cooperação.

A União Europeia é hoje uma integração regional complexa que abrange diferentes áreas e procura aproximar-se cada vez mais do cidadão europeu por meio de diversas e diferentes instituições: Parlamento Europeu, Conselho Europeu, Conselho da União Europeia, Comissão Europeia, Tribunal de Justiça, Banco Central, Tribunal de Contas, Serviço Europeu para a Ação Externa, Comitê Econômico e Social Europeu, Comitê das Regiões, Banco Europeu de Investimento, Fundo Europeu de Investimento, Provedor de Justiça Europeu, Autoridade para a Proteção de Dados e Órgãos Interinstitucionais.

A crise financeira internacional iniciada na primeira década do século XXI - que teve sua origem no mercado norte-americano fruto de consideráveis perdas causadas pelos empréstimos de hipotecas de alto risco distribuídas a investidores - é resultado do processo de globalização que gerou um único mercado mundial, integrando os mercados financeiros e, assim, intensificando o fluxo de capitais entre países, a liberalização de capitais e, conseqüentemente, o fim da segmentação entre mercados. Nesse sentido a crise expôs a fragilidade da Zona Euro e a União Europeia foi atingida pela desestabilização econômica. Pode-se assim observar os riscos de um mercado desregulado e a vulnerabilidade que se criou ao ser injetado capital e liquidez no

sistema financeiro, acompanhado de decrescentes taxas de juros.

No caso específico da UE, os países da Zona Euro e principalmente os ditos PIIGS - Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha - também designados de periféricos frente ao “núcleo duro” - Alemanha e França - foram fortemente atingidos e fragilizados gerando forte instabilidade econômica e, conseqüentemente, social. Os ditos países periféricos caracterizam-se por serem heterogêneos, com delicada situação fiscal, considerável endividamento privado, baixa competitividade externa e desequilíbrio nas contas públicas. A recuperação parece distante e o tênue tecido social se desintegra gerando revoltas. Para esses países o futuro não parece se apresentar como dos melhores, pois as condições para uma maior competitividade externa dependem do cenário internacional e do próprio cenário doméstico que se encontra paralisado. A previsão é de um longo período de estagnação econômica. A integração do continente e o sonho de um espaço coletivo encontram-se atualmente seriamente ameaçados por movimentos contrários aos constantes chamados para uma maior rigidez econômica e fiscal, uma austeridade que afeta o dia a dia dos cidadãos europeus.

Os países ao optarem pelo Euro perderam a possibilidade de lançarem mão de sua política cambial e monetária e a contração fiscal é a opção aplicada, gerando efeitos sociais consideráveis. Com exceção da Alemanha, os demais

países enfrentam sérias dificuldades em suas contas, procurando a austeridade fiscal e monetária fortemente recomendada e monitorada pelo FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, levando grande parcela da população a situações de extrema pobreza e desemprego. A união econômica e monetária restringiu o campo de ação de cada governo, deixando-os à mercê das políticas elaboradas fora do território nacional e que se impõem aos governos e cidadãos na tentativa de conter o déficit público e o crescimento da dívida pública. A forte crítica está centrada na Alemanha, país que passou no furacão da crise a influenciar nas decisões e nos comandos em diferentes instâncias da União Europeia, agravando a dependência dos demais membros com as instituições financeiras internacionais, gerando mais desemprego, pobreza e incertezas quanto ao futuro.

Os países da Zona Euro são diferentes com relação à competitividade externa e apresentam quadros diferentes com relação à situação fiscal. Para todos é exigida austeridade fiscal e monetária. Neste cenário questiona-se a adesão permitida de alguns países à união econômica e monetária, pois para alguns macroeconomistas, os mesmos não se encontravam em condições de aderir. Questiona-se a sobrevivência da moeda única ou a possível saída de alguns membros da união monetária como solução para o endividamento e crise social.

Todos os questionamentos surgidos em meio à gravidade da crise que assola o continente faz com que economistas e políticos alertem sobre as vantagens da moeda única: a proteção do Sistema Euro. Nesse turbilhão de questões e possíveis respostas, pergunta-se se tais vantagens são consideravelmente maiores do que a volta à moeda de cada país; à soberania monetária e cambial. Sabe-se que o país que optasse por sair do Sistema Euro entraria no mercado com uma moeda desvalorizada em relação ao euro e sem a proteção do sistema financeiro surgido com a integração financeira. O risco é imensamente maior nesse possível recuo de integração econômica. A reestruturação das dívidas parece ser o caminho e é a exigência das instituições financeiras, fazendo com que os Estados fiquem privados de investimentos e desenvolvimento econômico, afetando assim gerações de jovens que se perdem, sem perspectiva de um futuro. Na sociedade tal profusão de ideias e explicações não encontra eco em uma população que sofre diariamente com restrições sociais, alimentares, culturais, entre outras, vendo a cada dia parcelas de seus rendimentos, por meio de impostos progressivos, sendo destinadas aos cofres públicos para sanar uma dívida que parece sem solução.

A atual crise transforma a Europa em um continente em espera, em crise de identidade, e volta a trazer à superfície um conjunto diversificado e dividido de países que procuram se salvar frente ao desespero social que se estabe-

lece nas populações. A ausência de um senso comum de direção coloca a UE em compasso de espera, e aos políticos falta a criatividade para um projeto que faça essa união se reerguer e novamente ser motivo de entusiasmo e euforia, de integração e cooperação. São incapazes de falar e agir em uma só voz. A crise nos dá a impressão que os europeus não se encontram integrados politicamente e o sonho dos anos 70, de uma cooperação cada vez maior, se desintegra frente à pressão de um núcleo duro - Alemanha, França - sobre os países periféricos. A Europa unida e integrada desaparece nesse contexto e surge novamente, como no passado, uma Europa desunida na qual as manifestações sociais se sucedem.

Pode-se entender que a União Europeia se rendeu ao mercado e à moeda, sendo estes os verdadeiros poderes europeus. Forças representadas pelo Banco Central Europeu, imperativos monetários que passam a condicionar as políticas para a região, ocupam o cenário dos antigos sonhos de cooperação e trazem o pesadelo da desagregação social e econômica. A própria Comissão Europeia se submeteu às forças do mercado e às lógicas monetárias dos mercados financeiros internacionais, transferindo assim, para as forças privadas do mercado e das finanças internacionais, o poder político.

Ainda dentro desse contexto observa-se uma desintegração do serviço público em vários países, um dismantelamento que afeta principalmente a população de baixa renda nos países

periféricos. A privatização chega à saúde, energia, transporte e educação; uma desconstrução de um Estado Social construído ao longo de décadas. Sente-se um desaparecimento do Welfare State com a limitação progressiva dos gastos sociais públicos: uma crise do Bem-Estar Social e do aprofundamento do endividamento público.

A crise veio por fim, minar a construção da tão sonhada cidadania europeia, onde os europeus se sentiriam dentro de um espaço coletivo, uma comunidade europeia dentro de uma democracia supranacional. Os desafios nessa segunda década do século XXI para o continente e para União Europeia são enormes e requerem transformações que possam amenizar os efeitos sociais e econômicos que se alastram. O retorno ao sonho do espaço coletivo, a reconstrução de uma democracia supranacional, a construção de uma Europa unida e integrada e não apenas uma Europa composta de vários Estados-Membros concorrentes, é o grande desafio.

Referências

- BANCO CENTRAL EUROPEU. Integração Europeia. Disponível em: <http://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/facts/euint/html/ei_009.pt.html> Acesso em: 21 Jan. 2014.
- COMISSÃO EUROPEIA. Jean Monnet: a força unificadora por trás do nascimento da União Europeia. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/jean_monnet_pt.pdf> Acesso em: 20 Dez. 2013.
- COMISSÃO EUROPEIA. Destaques da Comissão Europeia. Disponível em: <http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/index_pt.htm> Acesso em: 22 Dez. 2013.

COMISSÃO EUROPEIA. Iniciativa de Cidadania Europeia. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/citizens-initiative/public/?lg=pt>> Acesso em: 8 Jan. 2014.

Desdobramentos da crise financeira internacional. In.: Revista de Economia Política. V. 31, n. 2. São Paulo: 2011.

UE. A Declaração de Schuman de 9 de maio de 1950. Disponível em: < http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/europe-day/schuman-declaration/index_pt.htm > Acesso em: 20 Dez. 2013.

JUDT, Tony. Uma grande ilusão: um ensaio sobre a Europa. Lisboa, Edições 70, 2012.

TREIN, Franklin. “Uma Ideia de Europa”. II CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – II CNPEPI - “O BRASIL NO MUNDO QUE VEM AÍ”. 2007. Rio de Janeiro. Europa. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

Recebido em: 10 de dezembro de 2013

Aprovado em: 14 de Janeiro de 2014